

# **Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2024 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas da  
Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

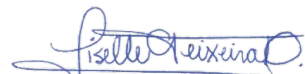
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Giselle C. Teixeira Defavari  
Contadora  
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 37 S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
			(não auditado)				(não auditado)
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	-	Fornecedores	9	587	-
Impostos a recuperar	6	28	-	Obrigações tributárias		45	-
				Provisões diversas		100	-
				Passivos de arrendamentos	8	6	-
Total dos ativos circulantes		<u>85</u>	-	Total dos passivos circulantes		<u>738</u>	-
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	7	12.455	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7
Direito de uso de superfície	8	1.866	-	Passivos de arrendamentos	8	1.874	-
				Total dos passivos não circulantes		1.874	7
Total dos ativos não circulantes		<u>14.321</u>	-				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	10	12.990	-
				Prejuízos acumulados	10	(1.196)	(7)
				Total do patrimônio líquido		11.794	(7)
TOTAL DOS ATIVOS		<u>14.406</u>	-	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>14.406</u>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 37 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Despesas com pessoal	11	(445)	-
Despesas administrativas	12	(885)	(7)
Depreciação	8	(16)	-
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(1.346)</b>	<b>(7)</b>
Receitas financeiras	11	316	
Despesas financeiras	11	(64)	
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(1.094)</b>	<b>(7)</b>
Imposto de renda e contribuição social	14	(95)	
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.189)</b>	<b>(7)</b>
 Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		 (0,0132)	 (17,5000)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 37 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(1.189)	(7)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(1.189)</u>	<u>(7)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 37 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social subscrito	Capital social a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (NÃO AUDITADO)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(7)	(7)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)	-	-	(7)	(7)
Aumento de capital	90.000	(90.000)	-	-
Integralização de capital	-	12.990	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(1.189)	(1.189)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>90.000</u>	<u>(77.010)</u>	<u>(1.196)</u>	<u>(1.196)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 37 S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
	Explicativa		(não auditado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(1.189)	(7)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Juros locações arrendadas	8	60	-
Depreciação direito de uso	8	16	-
Provisões diversas		100	-
		(1.013)	(7)
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:			
Tributos correntes a recuperar	6	(28)	-
Fornecedores	9	587	-
Obrigações tributárias		45	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(409)	(7)
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de imobilizado	7	(12.455)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(12.455)	-
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aporte de capital	10	12.990	-
Pagamento de arrendamentos		(62)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(7)	7
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		12.921	7
<b>AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
		57	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (não auditado)		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		57	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 37 S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. (“IBH 37”, “Companhia” ou “Élis Energia”) foi fundada em 03 de setembro de 2021, com nova sede na Rua Gomes de Carvalho, 1510 Conj 162, Vila Olímpia, São Paulo/SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades da Companhia, bem como a natureza de suas operações, são a construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída. A Companhia tem como controladora indireta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia, anteriormente denominada de Rio de Janeiro GD S.A., foi cedida em julho de 2024 para a controladora direta Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. (“IBH 31”), empresa controlada diretamente pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

##### Situação financeira

A Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, portanto, substancialmente pré-operacional, apresentando capital circulante líquido negativo de R\$653 em 31 de dezembro de 2024.

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais da Companhia.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

##### 2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), as quais compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

## 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

## 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

## 2.4. Impostos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### Imposto de renda e contribuição social correntes

Na Infraestrutura Brasil Holding 37 S.A. o imposto corrente se baseia no lucro presumido. Na apuração do lucro presumido, a base de cálculo do imposto é presumida de acordo com o percentual de 32%. Os passivos fiscais correntes são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

### Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

#### 2.5. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

- Usinas em operação: média de 4% ao ano.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia espera exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

#### 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista e formam parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Esses saldos bancários a descoberto são apresentados como empréstimos de curto prazo no balanço patrimonial.

### A Companhia como arrendatária

#### *Direito de Uso de Ativos*

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo contratual dos arrendamentos.

#### *Passivos de Arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

#### *Premissas para o reconhecimento*

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

- (vi) A taxa de desconto utilizada é de 13,85% a.a. equivalente a 1,09% a.m. em 2024, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento.
- (vii) Prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a vida útil do ativo imobilizado, redução ao valor recuperável destes ativos e provisão para riscos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

### 4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

#### 4.1. Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants"	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4.2. Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade	01/01/2025

4.3. Emitidas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Caixa e equivalentes	-	-
Aplicações financeiras (i)	<u>57</u>	-
Total	<u><u>57</u></u>	<u><u>-</u></u>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a títulos aplicados no Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
IRRF - Aplicações financeiras	<u>28</u>	-
	<u><u>28</u></u>	<u><u>-</u></u>

## 7. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Adiantamento a Fornecedores (i)	8.089	-
Usinas em construção (ii)	4.366	-
Total	<u>12.455</u>	<u>-</u>

- (i) Adiantamento a fornecedores referente à compra de módulos fotovoltaicos e inversores. No momento das entregas dos materiais, os valores serão incorporados ao ativo imobilizado.
- (ii) O imobilizado operacional em construção inclui: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia e despesas de viagens. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

## 7.1. Movimentação do Imobilizado

Bens	Adições	Depreciação	31/12/2023 Não auditado	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Adiantamento para compra imobilizado	-	-	-	8.089	-	-	8.089
Usinas em construção	-	-	-	4.366	-	-	4.366
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.455</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.455</u>

## 8. ARRENDAMENTOS

## a) Ativos de direito de uso:

	<u>31/12/2024</u>		
	Locações arrendadas	Depreciação Acumulada	Líquido
Locações de terrenos	1.882	(16)	1.866
Total	<u>1.882</u>	<u>(16)</u>	<u>1.866</u>

## b) Movimentação do direito de uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	1.882	-
Depreciação	(16)	-
Saldo no fim do exercício	<u>1.866</u>	<u>-</u>

c) Passivos de arrendamento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Infraestrutura Brasil 37 S.A.	6	-
Total passivo circulante	<u>6</u>	<u>-</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Infraestrutura Brasil 37 S.A.	1.874	-
Total passivo não circulante	<u>1.874</u>	<u>-</u>

d) Movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo no início do exercício (não auditado)	-	-
Adições	1.882	-
Juros	60	-
Pagamento	(62)	-
Saldo no fim do exercício	<u>1.880</u>	<u>-</u>

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Fornecedores nacionais	587	-
Total	<u>587</u>	<u>-</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui capital social registrado no valor de R\$90.000, composto por 90.000.400 ações ordinárias nominativas, 100 % subscritadas pelo acionista Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A., sendo parcialmente integralizado em R\$12.990 em 31 de dezembro de 2024.

## b) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Prejuízo do exercício	(1.189)	(7)
Quantidade de Ações	<u>90.000</u>	<u>-</u>
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,0132)</u>	<u>-</u>

## 11. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Contratações de terceiros	(445)	-
Total	<u>(445)</u>	<u>-</u>

## 12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
Despesas de ocupação e escritório	(2)	(4)
Despesas com viagens e estadias	(1)	-
Serviços de terceiros	(238)	(1)
Perdas	(644)	(2)
Total	<u>(885)</u>	<u>(7)</u>

## 13. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> Não auditado
<u>Receita Financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	316	
Receitas Financeiras Total	<u>316</u>	
<u>Despesas Financeiras</u>		
IOF	(2)	-
Multa, Juros, Tarifas bancárias	(1)	-
Juros locações arrendadas	(61)	-
Despesas Financeiras Total	<u>(64)</u>	
Resultado Financeiro	<u>252</u>	<u>-</u>

#### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

##### a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A empresa é optante pelo regime de Lucro Presumido para a apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme estabelecido pela Lei nº 9.718/98.

No regime de Lucro Presumido, a base de cálculo dos tributos é determinada com base em um percentual da receita bruta, que varia de acordo com a atividade da empresa.

A empresa apura mensalmente o IRPJ e a CSLL sobre o lucro presumido, utilizando as alíquotas estabelecidas pela legislação vigente. Para o IRPJ, a alíquota é de 15% sobre a base de cálculo, com um adicional de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$20.000 por mês. Para a CSLL, a alíquota é de 9% sobre a base de cálculo presumida, sendo que a despesa do exercício corrente é de R\$95.

#### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

##### a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

###### Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

##### (i) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

## (ii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

## b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		12,15	9,1	15,2	6,1	18,2
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	57	6,9	5,2	8,7	3,5	10,4

## 16. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Companhia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

No período não existem processos classificados como possíveis ou prováveis nas esferas cíveis, trabalhista e tributária que requeiram divulgação.

## 17. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	2024	2023 não auditado
Impactos de CPC 06 (R2) Arrendamento Mercantil	1.881	-
	1.881	-

## 18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os administradores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e (ii) todas as informações relevantes relacionadas às Demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, 15 de abril de 2025 foi aprovada a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

---